

**Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento
Regional - CAINDR**

**REQUERIMENTO Nº _____ 2006.
(Das Senhoras Vanessa Grazziotin e Perpetua Almeida)**

Requer a realização do 1º Seminário e Treinamento de Combate a Pirataria, no Estado do Amazonas, em conjunto com as Comissões do Trabalho, de Administração e Serviço Público, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Desenvolvimento Urbano, Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal, Conselho Nacional de Combate à Pirataria e o Fórum Nacional Permanente de Entidades Contra a Pirataria e a Ilegalidade.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização do 1º Seminário e Treinamento sobre técnicas de combate a pirataria, no Estado do Amazonas, em conjunto com a Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Desenvolvimento Urbano, Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal, Conselho Nacional de Combate à Pirataria e o Fórum Nacional Permanente de Entidades Contra a Pirataria e a Ilegalidade.

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara dos Deputados vem demonstrando grande preocupação em relação a prática da pirataria no nosso país. Com esse objetivo várias ações já foram realizadas durante os últimos anos, como o 1º Seminário de Combate à Pirataria e II Mostra de Ações Contra a Pirataria e Apresentação de Produtos Pirateados, nos dias 27 e 28 de setembro, nesta Casa.

A Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realizou diversas audiências públicas, com a participação



72DF623C38

de várias entidades e artistas, que resultou na criação de uma CPI que investigou e levou para a cadeia nomes poderosos que nunca haviam sido incomodados pela Justiça.

O trabalho realizado pela CPI foi tão importante para o combate da pirataria no país, que o governo federal tomou a iniciativa de criar o Conselho Nacional de Combate à Pirataria, hoje um órgão ativo, que conta com a participação de diversas entidades e autoridades preocupados em encaminhar ações concretas que acabe com este crime tão perverso, que, além de prejudicar o economicamente o país, com a sonegação de impostos, também deixa milhares de trabalhadores sem emprego formal. Outra iniciativa, desta vez por parte dos deputados que fizeram parte da CPI, foi a criação da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal, composto por cerca de duzentos deputado(as).

É essencial que as ações iniciadas por esta Casa, assim sendo é que propomos a realização de 1º Seminário de Combate a Pirataria do Estado do Amazonas, em conjunto com a Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Desenvolvimento Urbano, Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal, Conselho Nacional de Combate à Pirataria e o Fórum Nacional Permanente de Entidades Contra a Pirataria e a Ilegalidade e outras entidades, para juntos discutirmos medidas concretas de combate a esta prática criminosa e suas conseqüências para o trabalho formal do país e para a Zona Franca de Manaus.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2006

**Deputada Vanessa Grazziotin
PCdoB/AM**

**Deputada Perpetua Almeida
PCdo/AC**



72DF623C38



72DF623C38